

por 

Ano 11 ■ nº 39

# Sinal

REVISTA DO SINDICATO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO

CENTRAL



**SERVIDORES  
E agora, Dilma?**

CAMPANHA SALARIAL 2012

## Orçamento: o olho do furacão



# Muitas pedras no caminho

Para o Conselho Editorial da **Por Sinal** cada edição é especial, mas a que agora apresentamos é particularmente especial: nosso tema de destaque é a campanha salarial de 2012, que culminou com a maior greve do funcionalismo da história do Brasil – 350 mil servidores mobilizados. Infelizmente, as marcas desta campanha foram de intransigência e de desrespeito do governo, somadas ao sentimento de insatisfação, tanto das categorias que assinaram o acordo oferecido (ou imposto) pelo governo, como, óbvio, as que rejeitaram tal proposta.

No nosso caso, funcionários do Banco Central, os de sangue-azul, conforme nos qualificou a presidente Dilma, rejeitamos a proposta de reajuste de 15,8%, parcelado em três anos, a partir de 2013, mas seguimos empenhados em reabrir as negociações. Todos sabem do importante trabalho do Banco Central para garantir, numa conjuntura mundial tão desfavorável, o crescimento da economia brasileira, com taxas de juros baixas e inflação controlada. Merecidamente, o nosso BC é reconhecido internacionalmente como um dos bancos centrais mais qualificados e rigorosos. Mesmo assim, seu quadro funcional tem sido tratado pelo governo Dilma com menosprezo.

Ficou também notória a inabilidade dos interlocutores do Planalto na condução do processo que levou à greve milhares de trabalhadores e, particularmente, na forma equivocada com que tratou os servidores das carreiras reconhecidas como típicas do Estado, criando uma animosidade entre seu governo e os três mais importantes grupos de servidores: setor financeiro, área de arrecadação e área de regulação. Para falar sobre isso, ninguém melhor que o presidente do Sinal, Sérgio Belsito, que teve uma destacada participação na campanha salarial deste ano. Ele é o nosso entrevistado.

Não satisfeita com a inesperada truculência, a presidente resolveu também mexer em vespeiro, prometendo trocar a aguardada regulamentação do artigo 151, da OIT, que pode garantir o pleno

exercício de direitos civis e políticos ao funcionalismo, pelo envio ao Congresso Nacional da regulamentação da lei de greve no serviço público.

Outro golpe do governo contra o funcionalismo está abordado na reportagem que avalia o funcionamento da Lei de Acesso à Informação. Para o Sinal, o governo e a mídia estão jogando, de forma irresponsável, os funcionários públicos contra a população, ao divulgar, de forma incompleta e fora do contexto, dados sobre salários brutos dos servidores, desconsiderando todas as diferenças de legislação com a iniciativa privada.

Esta edição fez questão de registrar a participação do Sinal no evento “Rio + 20”, representando seus filiados, mas também, extraoficialmente, a própria instituição Banco Central, uma vez que importantes temas ligados à atuação do BC foram trazidos para o debate, tais como a responsabilidade social do sistema financeiro e o papel do Banco como agente regulador do mercado. Avaliamos como excelentes os resultados: aproximadamente 20 mil visitaram nosso estande, uma oportunidade ímpar de divulgarmos o trabalho do Sinal e do próprio Banco Central.

Os direitos do consumidor foram tratados nesta edição, em duas matérias. Na primeira, saudamos a nova diretoria do Banco Central, a Diretoria de Assuntos Especiais, criada com o objetivo de aproximar o Banco Central da sociedade. Na segunda, “A conta, por favor!”, levantamos a questão da queda das taxas de juros e os novos expedientes criados pelos bancos para engordar o caixa. Obviamente, quem paga a conta é o cliente.

Para a coluna “Prata da Casa”, homenageamos a nossa querida Maria Balbino, única testemunha viva da criação do Banco Central.

Por fim, como é tradição nossa, continuamos no debate sobre o futuro da economia brasileira e a sua capacidade de crescer de forma sustentável, ouvindo economistas, analistas de mercado e professores que acompanham atentamente os passos da política econômica.

**Conselho Nacional  
Biênio 2011/2013**

|  |  |
|--|--|
| Presidente<br>Sérgio da Luz Belsito  | Porto Alegre<br>Alexandre Wehby  |
| Belém<br>Pedro Paulo Soares Rosa   | Recife<br>Joaquim Pinheiro Bezerra de Menezes  |
| Brasília<br>José Ricardo da Costa e Silva<br>Gregório Alberto Saiz Lopes<br>Josina Maria de Oliveira | Rio de Janeiro<br>João Marcus Monteiro<br>Jarbas Athayde Guimarães Filho<br>Julio César Barros Madeira<br>Luiz Rafael Gonçalves Giordano |
| Belo Horizonte<br>Bruno Colombo Figueiredo   | Salvador<br>Epitácio da Silva Ribeiro  |
| Curitiba<br>Miguel Hostílio Silveira Vargas  | São Paulo<br>Aparecido Francisco de Sales<br>Eduardo Stalin Silva  |
| Fortaleza<br>Julia Walesca Gomes de Carvalho   | Iso Sendacz  |

**Diretoria Executiva Nacional  
Biênio 2011/2013**

Presidência: Sérgio da Luz Belsito  
Diretor Secretário: Júlio Cesar Barros Madeira  
Diretora Financeira: Ivonil Guimarães Dias de Carvalho  
Diretor Jurídico: Luiz Carlos Alves de Freitas  
Diretor de Comunicação: Gustavo Diefenthaler  
Diretor de Assuntos Previdenciários: Eduardo Stalin Silva  
Diretor de Relações Externas: José Ricardo da Costa e Silva  
Diretor de Estudos Técnicos: Edilson R. de Sousa  
Diretor Extraordinário para Assuntos Intersindicais:  
Iso Sendacz  
Diretora Extraordinária de Qualidade de Vida:  
José Vieira Leite

**Por Sinal**

Revista do Sindicato Nacional dos Funcionários  
do Banco Central do Brasil

**Conselho Editorial**

Aparecido Francisco de Sales, Edilson Rodrigues de Sousa,  
Gustavo Diefenthaler, José Manoel Rocha Bernardo, Mauro  
Cattabriga de Barros, Sérgio Canas Prata, Sérgio da Luz Belsito

Secretária: Sandra de Sousa Leal

SCS Quadra 01 – Bloco G sala 401 – Térreo

Ed. Bacarat – Asa Sul – Cep 70.309-900 – Brasília – DF

Telefone: (61) 3322-8208

nacional@sinal.org.br

www.sinal.org.br

**Redação**

Coordenação-geral e edição: Flavia Cavalcanti  
(Letra Viva Comunicação)

Reportagem: Rosane de Souza e Paulo Vasconcelos

Diagramação: Tabaruba Design

Ilustrações: Claudio Duarte

Impressão: Ultra Set

Tiragem: 9.000

Assessoria de Comunicação do Sinal: Aipy Imprensa Design

www.aipy.com.br

Permitida a reprodução das matérias, desde que citada a fonte.

O Conselho Editorial não se responsabiliza pelas opiniões expressas  
nos artigos assinados.



CAMPANHA SALARIAL 2012

**Orçamento:  
o olho do furacão**

**Página 4**

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

**Transparência,  
mas com respeito  
à privacidade**

**Página 8**



SUSTENTABILIDADE

**O recado do Sinal na Rio + 20**

**Página 10**

ENTREVISTA SÉRGIO BELSITO

**“Dilma quer dobrar  
os sindicatos”**

**Página 14**



DEFESA DO CONSUMIDOR

**Banco Central:  
mais perto do cidadão?**

**Página 24**

DEFESA DO CONSUMIDOR 2

**A conta, por favor!**

**Página 28**



PRATA DA CASA

**A história do BC, a vivo e a cores**

**Página 30**

CONJUNTURA ECONÔMICA

**E o Brasil, vai bem obrigado?**

**Página 32**



# Orçamento: o olho do furacão

**Intransigência do governo Dilma pode custar caro, avaliam servidores federais, que saíram da campanha insatisfeitos e dispostos a brigar por suas reivindicações no Congresso**

ROSANE DE SOUZA



Nos dias 17 e 18 de setembro, os 18 integrantes do Conselho do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) reuniram-se em São Paulo para avaliar as consequências da última campanha salarial dos servidores públicos, assim como o grave momento em que vive o quadro funcional do Banco, que, embora considerado mundialmente um dos mais qualificados, foi tratado com menosprezo pelo governo da presidente Dilma Rousseff. “Nós saímos de mãos vazias, mas o Estado sai desgastado de um longo confronto, em que prevaleceu a disputa pelo orçamento, cada vez mais difícil de dividir”, avalia o presidente do Sinal Nacional, Sérgio Belsito (*ver entrevista com o presidente do Sinal que começa na página 14*).

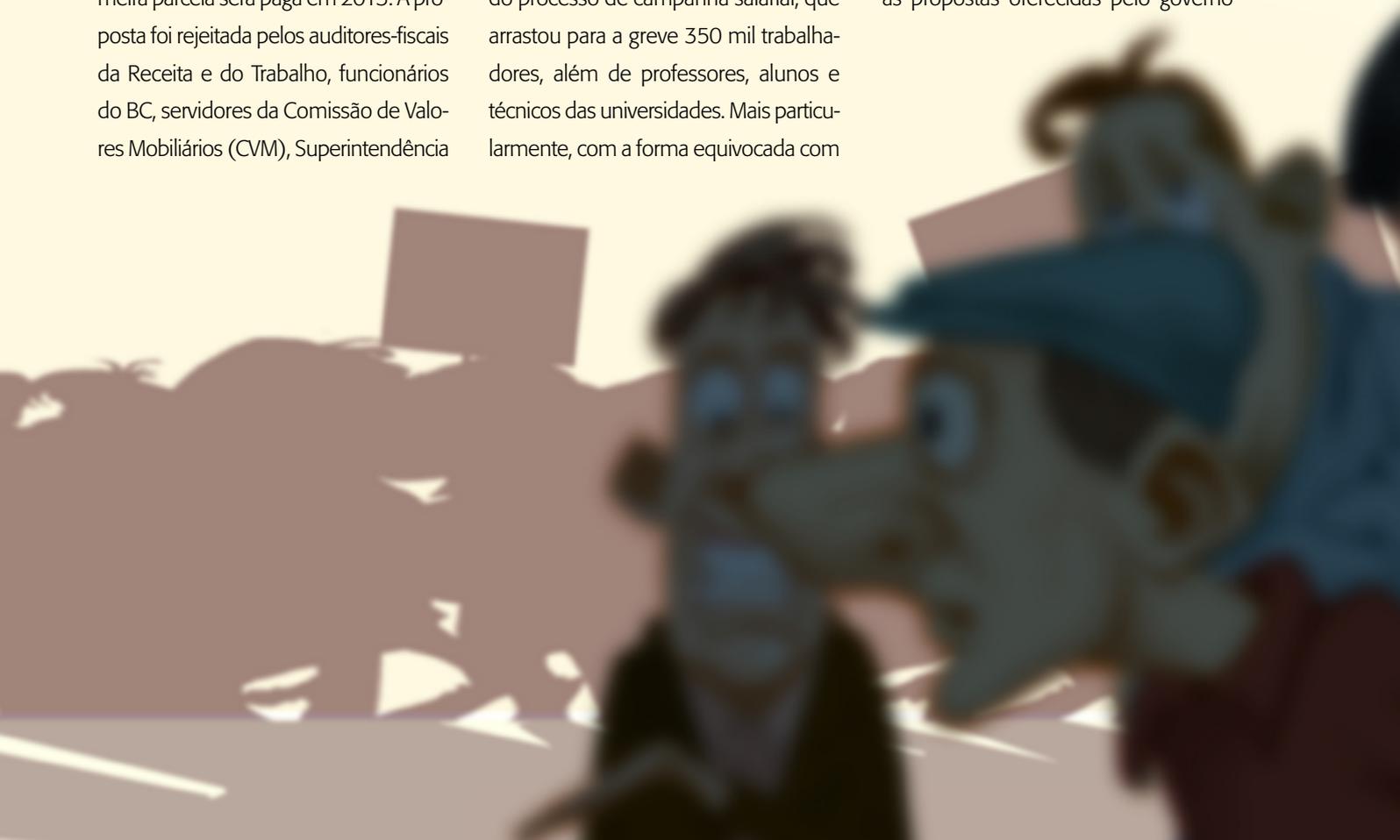
Depois de uma prolongada greve, o funcionalismo recebeu reajuste de 15,8%, parcelado em três anos. A primeira parcela será paga em 2013. A proposta foi rejeitada pelos auditores-fiscais da Receita e do Trabalho, funcionários do BC, servidores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência

de Seguros Privados (Susep), agências reguladoras, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Departamento Federal de Infraestrutura de Transporte (Dnit). Os policiais federais ficaram divididos: os agentes rejeitaram, mas os delegados, depois de uma primeira rejeição, voltaram atrás e acabaram aceitando a proposta do governo. Situação idêntica a dos delegados foi vivida pelos advogados da União.

Com base na reação de diversos órgãos da mídia nacional, que aplaudiam o tratamento e pediam mais rigor do governo para conter — na verdade, subjugar — seus funcionários, alguns analistas e consultores que acompanham o movimento sindical mostram-se preocupados com a inabilidade dos interlocutores do Planalto na condução do processo de campanha salarial, que arrastou para a greve 350 mil trabalhadores, além de professores, alunos e técnicos das universidades. Mais particularmente, com a forma equivocada com

que tratou os servidores das carreiras reconhecidas como típicas do Estado. “Dilma Rousseff criou uma perigosa animosidade entre seu governo e os três mais importantes grupos de servidores, que são os dos setores financeiro, de arrecadação e de regulação”, diz o diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz. “Se não transigir, poderá ter problemas na condução futura do seu governo.”

Para isso, terá de ser criado um novo canal de interlocução institucional, de acordo com o secretário da regional paulista do Sinal, Paulo Lino, porque o existente foi lacrado. “Da parte do governo, só haverá negociação para 2014”, diz, acrescentando que também não há mais qualquer espaço para acordo multilateral. “É hora de lamber as feridas e ver o que pode ser agregado às propostas oferecidas pelo governo





federal, mas por outros caminhos, como o Congresso e a própria direção do BC.”

O diretor do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco), Vilson Romero, avisa que sua categoria vai continuar insistindo em melhorias até dezembro. “Como a votação do Orçamento de 2013 só acontece no fim do ano legislativo, vamos seguir buscando junto às autoridades federais e ao Congresso Nacional o reconhecimento e o atendimento de nossa pauta de reivindicações que permita a dignidade no exercício de nossa atividade diária.”

#### ► Sangues quentes

O professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da PUC-SP Arnaldo José França Mazzei Nogueira não enxerga nenhuma perspectiva de negociação, nem sequer prevista em lei na CLT, por conta do viés getulista às avessas dos governos petistas. “O governo Dilma contempla as classes dominantes e as camadas populares, em detrimento dos setores corporativos”, afirma. Para ele, hoje, a preocupação central da presidente são a política econômica e a manutenção do emprego. “As reivindicações das categorias organizadas estão sendo deixadas para um segundo momento, segundo o seu poder de pressão”, enfatiza.

Nogueira, que também é doutor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador de relações de trabalho nos setores público e privado, sustenta a necessidade de uma ferramenta de gestão de conflitos que

obrigue o governo a parar de ignorar os movimentos grevistas do funcionalismo. “A tática do desgaste não funcionou este ano, o que provocou longas interrupções da jornada de trabalho e perdas incalculáveis”, diz o professor, estranhando que a presidente Dilma tenha deixado o movimento dos servidores ir tão longe.

Já o diretor do Diap enumerou os equívocos cometidos pelo governo Dilma, todos eles frutos de uma avaliação que subestimou a disposição dos servidores brasileiros de cobrar a recomposição dos salários, corroídos por um processo inflacionário, que remonta aos governos de Fernando Henrique Cardoso. Lembrou, por exemplo, que o Ministério do Planejamento só resolveu estender o reajuste de 15,8%, parcelado em três anos, aos servidores das carreiras típicas do Estado nos dias que antecederam ao envio ao Congresso Nacional do orçamento para 2013.

O gesto amigável chegou tarde. O clima entre governo e algumas categorias desses servidores, que somam 50 mil ativos e 80 mil aposentados, já era de corrosão, desde que passaram a ser tratados como inimigos. A presidente Dilma chegou a qualificá-los – em clima de provocação inaceitável para um governante – de “elite do funcionalismo” – os privilegiados de sangue azul. Foi mais além. Baixou o que vem sendo chamado de “AI-5 do funcionalismo”, autorizando a substituição de funcionários federais por outros das administrações estaduais. “Nesse clima de animosidade, era inevitável a rejeição à sua oferta de recomposição salarial”, avalia Toninho.

Não satisfeita com a inesperada tru-

culência, a presidente resolveu também mexer em vespeiro, prometendo trocar a aguardada regulamentação do artigo 151, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que pode garantir o pleno exercício de direitos civis e políticos ao funcionalismo, pelo envio ao Congresso Nacional de decreto de cerceamento da operação-padrão, que nesta campanha salarial foi desencadeada por algumas categorias, como as dos vigilantes sanitários, auditores-fiscais e policiais federais. “O que vem por aí é bem na linha dura”, prevê o diretor do Diap.

Autor do livro “A liberdade desfigurada, a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro”, o professor Nogueira acredita que, mais do que nunca, os servidores precisam investir na construção da legitimidade política junto à sociedade, para impedir que prevaleçam a opinião dos meios de comunicação e o fortalecimento da velha tática do desgaste de movimentos reivindicatórios justos. “O que prevalece até hoje é a ideia de que os movimentos são orquestrados por uma elite de categorias que ganha muito bem”, ressalta.

### ► **Conta política**

Há quem veja na intransigência da presidente Dilma e de seus ministros uma aposta arriscada no retrocesso das negociações cordiais mantidas até aqui. Um dos nós do conflito é a insistência do Planalto em ignorar as perdas acumuladas desde 1994, na opinião de Belsito. “Dilma diz que essa conta não é dela. Pensa que o mundo começou em 2003, quando Lula tomou posse.” Vílson Romero recorda que, desde a última

recomposição de salários de diversas carreiras, ocorrida em julho de 2008, o funcionalismo federal não teve mais nenhuma elevação na remuneração, somando perdas superiores a 30%, considerando somente a inflação oficial. “O governo não cumpre a determinação legal constante no artigo 37 da Constituição, que prevê a recomposição salarial anual do funcionalismo”, enfatiza.

Ao mesmo tempo em que oferece um pacote de bondades para o setor privado, o governo busca manipular a opinião pública com números fictícios sobre o impacto nas contas públicas de um possível aumento de 22% nos salários, como desejava o funcionalismo. “O Ministério do Planejamento anunciou gastos de R\$ 92 bilhões com a folha, caso atendesse a todas as reivindicações dos servidores. É uma conta irreal, porque, para chegar a esses números, era preciso que o reajuste pedido fosse de 50%”, diz Romero, acrescentando que o governo patrocina um alarmismo proposital para manipular números e insuflar a população contra aqueles que lhe prestam serviços. “O gasto total com pessoal e encargos em 2012 está orçado em R\$ 185 bilhões.”

Sérgio Belsito acrescenta que a soma total do aumento da folha com o pagamento de salários e a reestruturação de carreira não passaria de R\$ 43 bilhões. “A prova é que o governo resolveu tudo isso, ampliando a folha em apenas R\$ 10,2 bilhões, ao dar os 15,8%”, afirma.

O próprio Ministério do Planejamento informa a redução dos gastos com pessoal. “Em 1995, o percentual de gastos em relação à despesa corrente da

União era de 29,8%. Em abril deste ano, essa relação despencou para 14,2%”, revela o diretor do Sindifisco. Enquanto isso, relatório do BC expõe o que, de fato, proporciona prejuízos aos cofres públicos. “Logo após a renúncia fiscal do IPI dos automóveis, avaliado em R\$ 26 bilhões, só a Fiat enviou para a matriz US\$ 14 bilhões”, assinala Belsito.

Os representantes dos servidores avaliam, portanto, que o saldo da campanha salarial, iniciada em março deste ano, durante a qual foram realizadas 18 reuniões sem qualquer resultado com interlocutores governamentais, é o desencanto generalizado com o governo federal. E a conta política pode causar estrago bem maior do que o pequeno impacto econômico da reposição da inflação nos salários do funcionalismo. O diretor do Sindifisco, por exemplo, passou a acreditar que nada é mais conservador do que um progressista no poder. “Dilma promoveu reformas mais perniciosas que os próprios neoliberais”, diz, citando como exemplos a da Previdência e a privatização da aposentadoria dos servidores públicos, assim como as concessões. “Agora, instituiu uma desenfreada desoneração da folha de salários, grande bandeira do passado tucano, pondo em risco as contas previdenciárias.”

Segundo Arnaldo Nogueira, o PT traiu a representatividade dos servidores. “O resultado é a quebra do relacionamento entre as partes e a desconstrução da legitimidade”, ressalta. “Em 2002, algo como 80% dos servidores federais votaram em Lula para presidente. O quadro deve ter se alterado muito, recentemente”. ▣

# Transparência, mas com respeito à privacidade

## Servidores propõem ajustes na lei para evitar exposições desnecessárias e manipulação das informações

A Controladoria-Geral da União (CGU) encerrou a questão. Diz que, agora, o polêmico assunto é de competência do Judiciário, em particular do Supremo Tribunal Federal. O STF, por sua vez, já demonstrou toda a sua simpatia pela divulgação indiscriminada dos salários dos servidores públicos, ao decidir antecipar a publicação de sua própria folha salarial na rede de internet.

Com isso, o STF bateu de frente com as decisões de instâncias inferiores da Justiça, que consideram ilegal a publicação nominal dos salários de cada um dos funcionários do Estado. No mundo, só os Estados Unidos, Peru, Paraguai, República Dominicana, Argentina, Canadá, Israel e Hungria divulgam individualmente quanto seus funcionários recebem por mês.

Liminar da 22ª Vara Federal do Distrito Federal determinou a imediata suspensão do cumprimento do decreto

do governo federal que pôs em prática a Lei de Acesso à Informação, sancionada em maio deste ano pela presidente Dilma Rousseff. O decreto presidencial determina a divulgação de salários, auxílios, ajuda de custo, jetons e “quaisquer vantagens pecuniárias” recebidos por cada um dos funcionários públicos.

Mas, com o aval do Supremo, os órgãos do Executivo também não seguiram a decisão da 22ª Vara Federal. Ou seja, até agora, parece que os únicos incomodados com a exposição de seus nomes, contracheques e parte do CPF na internet são os próprios servidores públicos, que consideram a medida invasiva, desrespeitosa e perigosa. “Eles expõem o salário, o nome e o cargo de um policial federal que atua, segundo eles próprios, na inteligência da PF”, informou Luiz Carlos Palácios, diretor-geral da União dos Advogados Públicos Federais do Brasil (Unafe).

### ► **Todo cuidado é pouco**

Outro caso emblemático é o de um analista do Banco Central, cujo salário referente ao mês de maio foi divulgado como de R\$ 81,5 mil, o que gerou até mesmo questionamentos internos de outros colegas. Realmente, o funcionário do BC recebeu essa quantia naquele mês, mas a maior parte da “bolada” devia-se ao pagamento de atrasados retroativos a 2009, ano em que averbou seu tempo de serviço no Banco e ganhou o chamado “pé na cova”.

Seu salário real, na verdade, não ultrapassa R\$ 18 mil, bem abaixo do exposto ao público. “Eu defendo a transparência e a lisura, mas também a privacidade do servidor. Eles deveriam publicar o valor do salário, e não o que foi pago no mês da divulgação. Acho que também não deveriam divulgar o nome, apenas parte da matrícula, para

proteger o servidor da ação de pessoas mal-intencionadas”, disse Aparecido Sales, presidente do Sinal-SP.

No início de agosto, o Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado publicou uma nota alertando sobre o risco de violação aos direitos constitucionais à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem dos servidores públicos da interpretação dada à Lei 12.527. Segundo a entidade, toda a potencialidade conferida pela Lei de Acesso à Informação foi centralizada pelo governo e por parte da mídia na remuneração dos servidores públicos, particularmente dos que exercem carreiras típicas de Estado.

As 26 entidades reunidas no Fórum estão convencidas de que a exposição de contracheques de forma nominal de todos os servidores, indiscriminadamente, viola os artigos 5º, inciso XXXIII, e 37, § 3º da Constituição da República, relativos à intimidade e à vida privada. “Essa exposição imporá gravame de difícil reparação aos servidores públicos, com sério risco à segurança pessoal, diante dos altos índices de sequestros, furtos, roubos e fraudes apresentados no Brasil. Ainda, em caso de ações judiciais, o servidor público estará em desvantagem perante a parte adversa”, diz a nota.

Lembra, ainda, que a “divulgação de dados pessoais de servidores públicos em geral expõe inclusive a identidade daqueles que diretamente estão envolvidos no combate a organizações criminosas nacionais e transnacionais, constituindo-se em grave risco à segurança física desses

|             | QUANTIDADE | REMUNERAÇÃO   | BENEFÍCIO    | TOTAL BRUTO   |
|-------------|------------|---------------|--------------|---------------|
|             | 1.000      | 1.052.099,24  | 474.034,60   | 1.526.133,84  |
|             | 3.629      | 9.960.980,29  | 1.063.114,22 | 11.024.724,75 |
|             | 3.033      | 11.277.320,63 | 171.037,02   | 11.448.357,65 |
|             | 1.198      | 3.544.337,28  | 241.037,02   | 4.089.332,28  |
|             | 4.822      | 6.290.191,34  | 1.641.037,02 | 7.931.265,36  |
|             | 773        | 2.297.717,78  | 75.037,02    | 2.372.754,80  |
|             | 1.570      | 2.147.832,75  | 641.037,02   | 2.788.869,77  |
|             | 5.288      | 9.094.370,80  | 1.324.037,14 | 10.418.407,94 |
| Sub Total   | 16.984     | 36.191.699,07 | 4.708.565,94 | 41.100.264,01 |
| TOTAL GERAL | 26.613     | 46.153.687,33 | 5.772.301,73 | 51.926.014,06 |
| GESTÃO      | QUANTIDADE | REMUNERAÇÃO   | BENEFÍCIO    | TOTAL BRUTO   |
|             | 1.075      | 7.261.907,81  | 221.037,02   | 7.482.944,83  |
|             | 954        | 1.647.321,11  | 221.037,02   | 1.868.358,13  |

servidores, das instituições de segurança às quais pertencem e à própria segurança nacional”.

Na opinião dos responsáveis pelo Fórum, a divulgação nominal dos contracheques para o público em geral só tem servido para saciar a curiosidade alheia, retirando o foco do propósito da lei, que é servir de instrumento de controle e prevenção do mau uso de verbas e ações públicas. Eles propõem três regras básicas que compatibilizam os mandamentos da Lei de Acesso à Segurança com o respeito aos direitos fundamentais dos servidores públicos:

- Retirar a referência nominal dos servidores e substituí-la por numeração específica nos respectivos órgãos, destacando os terceirizados e cargos em comissão e cedidos;
- Reforçar a segurança do Portal da Transparência;
- Exigir que o interessado em obter acesso aos dados dos contracheques também se identifique e orientá-lo da responsabilidade e consequências sobre o eventual mau uso dessas informações. ✓

# O recado do Sinal na **Rio + 20**

**Estande do Sindicato, muito visitado, foi palco de debates sobre a responsabilidade social do sistema financeiro**



Aproximadamente 20 mil pessoas visitaram o estande do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central no Armazém 1, do Pier Mauá, entre os dias 12 e 23 de junho, na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – a Rio+20. O espaço serviu para a divulgação do trabalho do Sinal e do Banco Central. Mais de 7 mil exemplares de informativos e da revista **Por Sinal**, com uma edição especial sobre o evento, foram distribuídos. O estande também foi palco de debates de temas como a responsabilidade social do sistema financeiro e o papel do BC como agente regulador do mercado, além da exibição de vídeos do projeto piloto de produção de adubos a partir do descarte de cédulas do real, desenvolvido pela Regional do Sinal de Belém do Pará, em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) e apoio do estado do Pará.

“É muito importante que a população conheça o papel do Banco Central até como forma de valorizar o servidor”, diz Gustavo Diefenthaler, diretor de Comunicação do Sinal. “O Banco Central é muito tímido em se divulgar institucionalmente e em defender sua responsabilidade no debate da sustentabilidade.”

A participação do Sindicato na Rio+20, aprovada pelo Conselho Nacional a partir de sugestão do Conselho Editorial da **Por Sinal**, foi importante para a discussão da responsabilidade socioambiental do Sistema Financeiro Nacional (SFN). O

Banco Central já estava com uma consulta pública, através da audiência 41, para elaborar normas sobre o tema. A pressão da sociedade para que os bancos levem em conta a sustentabilidade na concessão de crédito para obras que mexem na infraestrutura e afetam o meio ambiente é cada vez maior.

A sustentabilidade é um dos pontos defendidos pelo Sinal no projeto que propõe um sistema financeiro cidadão. A proposta de regulamentação do artigo 192 da Constituição Federal também estabelece controle social do sistema financeiro, estabilidade dos preços e no emprego, investimento na produção e spread e tarifas bancárias menores. Todas as agressões ao meio ambiente e à sociedade civil são, igualmente, de responsabilidade das instituições que as financiam. O passivo socioambiental pode afetar seriamente o equilíbrio do sistema.

### ► O destino do lixo do BC

O próprio descarte de dinheiro é alvo de projetos que visam a minimizar os efeitos do processo ou oferecem alternativa de reciclagem. O que está em estágio mais avançado é o tratamento do dinheiro picado, misturado a restos de hortifrutigranjeiros no processo de compostagem, que faz com que os metais pesados se transformem em xurume para ser usado como inseticida e celulose. O experimento, desenvolvido há sete anos, está na fase final de análise química, última etapa antes de solicitação de patente. Até setembro, deve começar a produzir. O projeto do engenheiro agrônomo e professor Carlos Augusto Cordeiro Costa prevê a reciclagem de 11 toneladas de cédulas em compostos orgânicos com finalidade socioambiental. Esse lixo, impregnado de substâncias químicas e jogado nos aterros sanitários, pode agora ter outro destino.



O adubo orgânico vai beneficiar cem pequenos produtores do chamado “cinturão verde” do entorno da capital paraense. Para eles, o fertilizante representa de 40% a 60% dos custos de produção. No processo, entram 10% de cédulas, os outros 90% são restos de hortifrutigranjei-

ros e de galhos, além de nitrogênio e hidrogênio. A mistura de resíduos do papel-moeda com os de flores, frutas, folhagens e cascas de banana vira adubo orgânico de boa qualidade em 45 dias. O procedimento pode ser adotado em todas as dez regionais do Banco Central, em particular de São

Paulo, onde todo dia uma tonelada de cédulas é microfragmentada e jogada em aterros sanitários. O projeto recebe atualmente, apenas do escritório regional do Banco em Belém, 13 toneladas por mês de notas descartadas; de São Paulo, saem 25.

O dinheiro retirado de circulação



## A caminho da sustentabilidade

Cerca de 300 pessoas, de 140 diferentes instituições, participaram do painel “Finanças Sustentáveis”, que o Banco Central organizou, a convite do Ministério do Meio Ambiente (MMA), no ciclo de debates “Brasil Sustentável – O caminho para todos” na Rio+20, dia 13 de junho, no auditório Tom Jobim, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. No encontro, foi lançada a audiência pública sobre a implantação de política de responsabilidade socioambiental pelas instituições financeiras.

“O Banco Central, como regulador, sempre procura promover ações que induzam o Sistema Financeiro Nacional a melhorar sua eficiência, diminuir custos e reforçar sua solidez. Melhor eficiência na utilização de recursos gera maior produtividade de todos, pequenos, médios e grandes. O Banco Central do Brasil está propondo medidas para que as instituições financeiras desenvolvam procedimentos internos de avaliação dos impactos ambientais e da redução do consumo de energia, papel, etc. Isso gera aumento de eficiência do sistema, resultando em benefícios para os bancos, seus clientes e a sociedade”, disse o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini. O painel “Finanças Sustentáveis” discutiu riscos e oportunidades no financiamento da transição para uma nova economia, ambientalmente sustentável e socialmente inclusiva. Foram abordados, também, temas referentes à

autorregulação e à regulação, além do papel das agências multilaterais de financiamento para a sustentabilidade no sistema financeiro.

Uma das conclusões da explanação é que a heterogeneidade do SFN em relação às ações socioambientais e os preços relativos dos diversos bens e serviços ainda não embutem os custos ambientais envolvidos na produção. Esse cenário torna urgente que as instituições internalizem ações de cunho socioambiental nos seus negócios.

“Diante de falhas de mercado, como assimetria de informações entre as instituições e as partes interessadas, existe o desafio de se instituírem métodos de comando e controle, particularmente no que se refere à regulação de padrões mínimos de responsabilidade socioambiental”, disse o chefe do Departamento de Normas do Banco Central, Sérgio Odilon dos Anjos. “Nesse sentido, a regulação desempenharia o papel de induzir a adoção, por parte das instituições financeiras, de um posicionamento estratégico capaz de mitigar o risco socioambiental e aproveitar as oportunidades que surgem no novo modelo de economia voltado para o desenvolvimento sustentável. Esse novo modelo caracteriza-se como economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto, conservando os recursos naturais para as gerações presentes e futuras.”

### **A RESPONSABILIDADE DOS BANCOS**

A primeira minuta da Audiência Pública 41/2012, anunciada por Alexandre Tombini, com duração de 90 dias, estabelece que as instituições financeiras e demais institui-

no país chega a 2 mil toneladas por ano, perto das 240 mil toneladas de lixo que produz diariamente, mas ainda assim precisa de uma solução socioambiental. As cédulas deixam de circular quando não podem mais ser utilizadas, devido ao desgaste natural ou mau uso – rasgadas ou queimadas,

por exemplo. O gasto anual do BC para restituir-las é de R\$ 370 milhões. Isso representa 80% do custo para a emissão de notas. O convênio entre o BC e o estado do Pará para o desenvolvimento do projeto, de R\$ 100 mil, prevê também a qualificação de pessoal e bolsas de mestrado.

“Nosso objetivo é acompanhar todas as fases do projeto até a avaliação dos resultados do uso na agricultura”, diz o professor Carlos Augusto Cordeiro, da Ufra. “Além do apelo ambiental, tem forte conteúdo social, porque vai diminuir os custos de produção dos pequenos agricultores.” ✓

ções autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem desenvolver uma política de responsabilidade socioambiental. O instrumento de gestão deve considerar, de forma integrada, as dimensões econômica, social e ambiental nos negócios e na relação ética e transparente das instituições com as respectivas partes interessadas, observando o princípio da proporcionalidade – a compatibilidade entre a política de cada instituição e o seu porte, a natureza dos seus negócios, a complexidade dos serviços e produtos oferecidos, bem como as atividades, processos e sistemas adotados.

A política deve dispor, ainda, sobre a estrutura de governança para a responsabilidade e o gerenciamento do risco socioambiental. As ações adotadas devem ser evidenciadas na forma de um relatório de responsabilidade nesse sentido, objeto da segunda minuta em audiência pública, que trata de diretrizes gerais para a elaboração e divulgação de informes, com o objetivo de conferir transparência e mais disciplina ao mercado.

“De modo geral, há pouca informação quantitativa disponível para avaliar a evolução das ações e o cumprimento de metas, assim como ainda é deficiente a padronização das informações para comparação entre as instituições no que diz respeito ao tema”, afirmou Sérgio Odilon.

“O Banco Central do Brasil está inserido no processo de definição de políticas e práticas socioambientais nas instituições financeiras como regulador e indutor de boas práticas para o sistema como um todo, atuando de forma proativa no sentido de construir uma estrutura de

incentivos que contribua para a eficiência, a solidez e o funcionamento regular do SFN”, disse Alexandre Tombini. “O processo de regulação da responsabilidade social teve início com a Resolução nº 3.545, de 29 de fevereiro de 2008, que, no âmbito do crédito rural, estabeleceu a exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia. Mais recentemente, um passo importante foi dado com a Circular nº 3.547, de 7 de julho de 2011, que incluiu a avaliação dos riscos socioambientais no processo de avaliação e cálculo da necessidade de capital para a exposição a risco das instituições dentro do Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital.” Participaram do painel representantes de entidades, como a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), dos ministérios do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento e da Saúde, de universidades, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do World Wildlife Fund (WWF) e de organismos internacionais – Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Organização das Nações Unidas (ONU). Além de Alexandre Tombini e do diretor de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central, Luiz Awazu Pereira da Silva, estiveram presentes ao evento Loy Pires, gerente nacional do International Finance Corporation (IFC) no Brasil; Emilson Caputo Silva, professor do Georgia Institute of Technology; pesquisador Mário Monzoni, do Centro de Estudos em Sustentabilidade na Fundação Getúlio Vargas (FGV/CES); e Murilo Portugal, presidente da Febraban.

# “Dilma quer dobrar os sindicatos”

Ninguém melhor do que o presidente nacional do Sinal, Sergio Belsito, para conversar com a **Por Sinal** sobre a última campanha salarial dos servidores federais. Ele esteve à frente do movimento, e como representante do Sinal na União das Carreiras de Estado sentou-se inúmeras vezes com o governo (mais de 18 reuniões!) para negociar. Na pauta de reivindicações, não apenas a reposição salarial com base na inflação acumulada, mas também a reestruturação do plano de cargos e a regulamentação do Artigo 151 da OIT que estabelece o direito de negociação dos servidores públicos. Para Belsito, ao contrário de Lula, Dilma não traz consigo o histórico de negociação. A campanha, segundo ele, foi de pouca civilidade. “O governo extrapolou do direito de ser autoritário”



■ **Vamos começar com algumas informações sobre o movimento de vocês, como foi organizada a campanha salarial deste ano, como ficaram as negociações e o que foi diferente em relação às outras campanhas.**

Nós começamos o trabalho de abertura dessa campanha, ano passado, com todas as categorias de servidores federais e não apenas os de carreira de Estado. No início, era um fórum de 32 entidades, composto pelas centrais sindicais e por todo o pessoal de nível médio dos ministérios, mais de 18 carreiras, envolvido em torno do plano de cargos. Foi um movimento importante, porque deflagrou a abertura da negociação deste ano. Nós chegamos, efetivamente, na Mesa de Negociação em junho e o Sérgio Mendonça (*novo secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento*) nos falou: Vocês têm pleitos diferenciados, e por isso não vou receber todo mundo junto. Eu vou atender o pessoal das centrais aqui, e para vocês, das carreiras de Estado, vamos abrir novas mesas setoriais. Ficaram dois grupos – um com as 18 carreiras básicas dos servidores de nível médio e outro, com as 22 carreiras de Estado, de nível superior.

■ **A reivindicação principal que unia os dois grupos era a reposição salarial com base na inflação acumulada?**

Sim, um adiantamento por conta disso. Mas não era só isso. Pedíamos também a reestruturação do plano de cargos e a regulamentação do artigo 151 da Convenção da OIT (*Organização Internacional do Trabalho*), que estabelece o direito de negociação dos servidores públicos. Os eixos eram esses. É lógico que as carreiras de Estado tinham outras propostas mais estruturantes do ponto de vista do Estado. Nós chegamos a entregar uma carta ao ministro Fernando Pimentel, da Indústria e Comércio, sobre o que entendíamos que deveria ser uma proposta desenvolvimentista que integrasse toda a máquina administrativa. Por quê? Porque há um desperdício enorme, cada uma atuando individualmente. Se você for rodar ministério por ministério, vai ver que muitos não se relacionam entre si. E o que vimos nesse grupo dos gestores públicos é que, se houvesse uma atuação conjunta, não haveria tanto desperdício, tanta vaidade, tanta corrupção. Haveria mais racionalidade e, portanto, uma proposta mais eficiente de governo, de Estado. O Ciclo de Gestão (*carreiras típicas*



de Estado encarregadas das atividades de gestão da administração pública federal) tem um trabalho muito bem-feito, um diagnóstico detalhado sobre essa ação mais articulada, com o objetivo de se criar uma proteção para evitar que coisas como o *Mensalão* aconteçam dentro do governo. Tem muita gente competente trabalhando nisso, tem Tribunal de Contas, Controladoria-Geral da União (CGU) etc. Esse era o espírito básico, esse era o pleito. Mas o governo entendeu que seria uma forma de ocupar espaço e não se sensibilizou.

#### ■ Quando começaram de fato as negociações?

Desde o ano passado que estamos com essa proposta. Os procuradores depois entraram no movimento e se juntaram ao grupo com um pleito interessantíssimo, uma boa briga. Eles acompanham com preocupação a implantação dos PACs 2 e 3 (*Programa de Aceleração do Crescimento*), implantados a toque de caixa, contratando gente não qualificada para garantir o cumprimento dos prazos. Por isso estão contra o projeto de lei que o ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), Luís Inácio Adams, está fazendo, a pedido da presidente Dilma, que equipara os direitos dos advogados nomeados por livre indicação aos advogados concursados do Estado, do governo. Essa é uma discussão que está predominando na AGU e entre procuradores. (*Para tratar de forma especial as ações do PAC, a AGU criou, em 2007, o Grupo de Acompanhamento do PAC --Gepac, que reúne advogados da União e procuradores federais. Eles monitoram diariamente os processos judiciais.*)

#### ■ Como foi a atuação do Fonacate nesse movimento?

O Fonacate (*Fórum da União das Carreiras de Estado*) não teve agilidade nesse processo e estamos buscando alterações estatutárias para agilizá-lo. Ele é composto das mesmas entidades, tem gente também do Judiciário e do Legislativo, só que ficou muito institucionalizado. Como não andou, resolvemos substituí-lo. Reunimos essas mesmas entidades, que são 22, só que com outro nome: União das Carreiras de Estado. A nova entidade, embora bem representativa, ainda não é oficial, mas está lutando nesse

“ Quando Lula assumiu, as carreiras dos servidores públicos estavam totalmente destroçadas. Em oito anos de governo, ele avançou, e avançou muito, na recuperação destas carreiras.

sentido. Quem sentou-se à mesa de negociação este ano foi a União das Carreiras de Estado, representada no final pelo Pedro Delarue, da Unafisco.

#### ■ As 22 entidades negociaram juntas?

Não, o governo não quis. Foram separadas de acordo com seus objetivos específicos. Uma mesa de negociação só do Ciclo de Gestão e o núcleo financeiro; uma segunda, dos defensores públicos e procuradores; outra, dos delegados e peritos da Polícia Federal; por fim, a quarta, com o pessoal do Fisco e da Receita Federal, fiscais do Ministério do Trabalho e da Previdência.

#### ■ Vocês criaram uma pauta comum apesar das questões específicas. Separá-los foi uma estratégia do governo?

Sim, uma estratégia para nos enfraquecer. Mas todo mundo queria negociar a reposição salarial e a regulamentação da negociação coletiva para o servidor (artigo 151 da OIT), o direito de greve e algumas questões específicas, como o plano de cargos. E foi isso que fermentou tudo. E sabe por



quê? Quando Lula assumiu, as carreiras estavam destroçadas, totalmente desalinhas. Em oito anos de governo, ele avançou, e avançou muito, na recuperação das carreiras.

#### ■ Do ponto de vista salarial?

Não só de salários. A recomposição salarial foi razoável, mas insuficiente. O que nós colocamos é que o governo FHC não tinha uma estrutura para cuidar do servidor público, estava tudo destroçado, ao contrário do governo Lula, que conseguiu recompor uma estrutura para trabalhar as carreiras do servidor público. Isso o pessoal reconhece e bate palmas. Ele acabou com parte da terceirização, até por conta do Ministério Público. O governo gastou mais de R\$ 40 bilhões não só com a reposição salarial, mas também com a criação de novos cargos, a abertura de novos postos de trabalho. Por quê? Porque houve a substituição da terceirização e a valorização do Estado. Esse era o desejo maior dessas carreiras, perseguir isso, continuar fazendo reposição da mão de obra, continuar criando postos de trabalho no governo Dilma. Quando terminou o governo Lula, terminou uma proposta

de continuidade. Qual é essa proposta de continuidade? O governo continuar modernizando o Estado, avançando na reestruturação das carreiras de Estado e regulamentando a negociação coletiva com os servidores públicos.

#### ■ Mas por que não se negociou a regulamentação da Convenção da OIT ainda no governo Lula? Não existia um espaço para isso?

Sim, existia uma Mesa de Negociação, e ela durou dois anos. Eu participei durante dois anos desse espaço. Mas por que não conseguimos regulamentar o artigo 151 naquele momento? É que havia um choque pesado entre a CUT e as demais centrais sindicais. O Ministério do Trabalho, na época, estava povoado pela turma da Força Sindical e de outras centrais, e o Ministério do Planejamento estava influenciado pela CUT. O Duvanier (*secretário de Recursos Humanos do MP, falecido em janeiro*) bem que queria regulamentar a negociação coletiva dos servidores, mas não houve consenso entre as centrais. Quando chegou o governo Dilma, esperava-se que ele bateria o martelo, assumindo uma posição e acabando com a briga entre as centrais. A proposta do novo governo era regulamentar o artigo 151 condicionado à regulamentação da Lei de Greve. Duvanier botou tudo no mesmo pacote. No caso da regulamentação das negociações, era importante fechar essa questão porque nós sabíamos, e o governo colocava isso a toda hora, que cada vez ia ficar mais difícil disputar recursos no Orçamento com a Educação e a Saúde. Só que ele morreu e perdemos essa chance.

#### ■ Na iniciativa privada, é muito clara a relação entre empregado e patrão. No caso do servidor público, o patrão é o Estado, e isso é uma situação ambígua, confunde a população. Principalmente quando serviços públicos de emergência são paralisados. Por isso mesmo, é importante regulamentar logo o direito da negociação do servidor com o Estado, seu patrão. É isso que vocês querem, não?

O servidor público quer acabar com essa história de aumento só em época de eleição. Ele quer ter o mesmo direito dos trabalhadores da iniciativa privada. Mas aí entrou o governo dizendo que não podia garantir que a negociação

acertada iria se transformar em aumento de salário, porque dependia da aprovação do Congresso. É por esse motivo que o Diap (*Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar*) acha que, além da regulamentação do artigo 151, é preciso, para garantia dos servidores, mudar um artigo da Constituição, dando poderes ao Executivo para sancionar o reajuste salarial, independentemente da chancela do Congresso, como funciona hoje. Quando entramos no governo Dilma, no início do ano passado, procuramos o Duvanier, e ele nos disse que estava esperando para ver qual política o governo ia seguir, mas que não contássemos com muitos recursos para reajuste salarial. A nossa percepção é que havia divisão interna no governo e que falaram para ele não mexer com essa história naquele momento. Isso ficou claro quando o Ministério do Planejamento alterou a estrutura da antiga secretaria, transformando-a na Secretaria de Relações de Trabalho, e criou a Secretaria de Gestão Pública, esvaziando a função do Duvanier. O que se falava dentro do governo e dentro do PT era que o Duvanier teria sido generoso demais com os servidores públicos na gestão Lula.

#### ■ E o que aconteceu depois?

No mês de julho do ano passado, esse movimento que juntava todo mundo e misturava os dois grupos (a turma do sangue azul e a do sangue vermelho), organizou uma primeira grande passeata para pressionar o governo. A Miriam Belchior (*ministra do Planejamento*) acabou nos recebendo e avisou que a situação era outra, que eles iam negociar, mas que não esperássemos grandes reajustes. Mas a nossa cobrança maior era de melhorar a estrutura para trabalhar com os servidores públicos. Por quê? O servidor público hoje, o das áreas mais qualificadas, se sente sem pai nem mãe no governo. Você imagina um servidor que ganha R\$ 900, da área da Saúde, que é galgado a funções de apoio de negociador, no governo, e vai trabalhar com alguém que ganha R\$ 20 mil, com uma estrutura de poder enorme. Conhecemos vários casos assim. O cara vinha do INSS ganhando R\$ 900 e se deparava com uma situação complicada, com colegas ganhando muito mais. E ele chegava aqui sem entender as responsabilidades das demais carreiras.



**A (presidente) Dilma precisou se assessorar e pegou os Gerdaus da vida, a turma do Pão de Açúcar, o Eike, e mais uns outros empresários bem-sucedidos. Alguns foram muito bem-sucedidos nas tetas do BNDES! São eles que estão dando orientação para o governo na área da gestão.**

#### ■ Que responsabilidades são essas? As pessoas de fora do setor público não conhecem!

Responsabilidade pela arrecadação, pela política monetária, por tocar essas estruturas todas dos ministérios. A turma que vem indicada, acha que é serviço público comum, mole de fazer, mas não é. O nosso trabalho tem um nível de sofisticação e de responsabilidade muito grande! É trabalhar estrategicamente o governo, o Estado. Hoje quem está tocando as estratégias do governo é gente que está vindo da iniciativa privada, nada é feito com a participação das carreiras de Estado. A (*presidente*) Dilma precisou se assessorar e pegou os Gerdaus da vida, a turma do Pão de Açúcar, o Eike, e mais uns outros empresários bem-sucedidos. Alguns foram muito bem-sucedidos nas tetas do BNDES! São eles que estão dando orientação para o governo na área da gestão. Estão colocando na cabeça do governo que ele tem de tratar o pessoal do serviço público da mesma forma que eles tratam o pessoal nas fábricas. Essa é a visão perigosa que está crescendo no governo.

### ■ **Então vocês acham que houve uma quebra na relação com os servidores públicos com o novo governo?**

Quebra, não, retrocesso! Eu, a torcida do Flamengo, e todos os servidores públicos temos a certeza de que houve um retrocesso nesse relacionamento na gestão do governo Dilma. Isso é ponto pacífico. Mesmo aqueles que fizeram acordos salariais, eles estão saindo da greve com essa percepção, eles têm a mesma mágoa. Isto porque não houve continuidade do que tinha sido acertado no governo Lula. A presidente Dilma alijou do processo as pessoas mais esclarecidas e preparadas. São pessoas de carreira de Estado, de confiança, algumas estratégicas, outras não, porque tem muita gente na área de Ciência e Tecnologia que é técnica, mas todas com importantes contribuições a dar. Agora é que se pretende fazer alguma coisa em cima disso, no caso, com os professores, que estão há dois anos lutando por um plano de cargos.

### ■ **Acha que a presidente subestimou o movimento dos servidores, subestimou a capacidade de articulação? Digo isso porque nos anos anteriores vocês estavam muito desunidos.**

Com certeza. Pela primeira vez, juntamos ricos e pobres (triste comparação da presidente Dilma), do serviço público. Só para dar um exemplo, ninguém imaginava ver o Sinal e a Unacon brigando junto com o pessoal do Sindifisco. E sabe por que isso aconteceu? É porque sentimos, nesses quase dois anos de governo, que não havia disposição de negociação. Foram mais de 18 reuniões, e nada! O que o governo ofereceu, ou melhor, impôs como contraproposta, foi uma tabela. E ele foi claro: é para pegar ou largar. E isso é negociação? Só em agosto, já no final do movimento, que o Ministério do Planejamento sinalizou que poderia oferecer alguma coisa, que estudava uma proposta. Aí foram baixando as expectativas do pessoal. Com relação à estrutura de carreiras, por exemplo, que era o grande pleito dessas 18 ligadas aos ministérios (pessoal de sangue vermelho), o governo simplesmente disse que não tinha condições de cumprir o prometido. Essa é a queixa, um sentimento que ficou de frustração em todas as categorias. Mesmo aquelas que pegaram e assinaram o acordo. Depois, o governo cedeu um pouco e veio com a proposta de reajuste linear

de 15,8%, divididos em três parcelas ao longo de três anos. Mas apenas para o grupo dos pobres, para o grupo dos ricos não ofereceu nada, naquele momento, só o fazendo aos 45 minutos do segundo tempo, com o chicote na mão.

### ■ **Como foi isso?**

No dia 18 de agosto eu estava numa reunião no Rio, e nós do Sinal fomos convocados para uma outra, com o Sérgio Mendonça, na qual ele apresentou oficialmente a proposta dos 15% para todos os servidores, mas sem modernização de carreiras, sem resolver o problema dos técnicos do BC. Depois chamou a Receita, a Polícia Federal, foi chamando um por um, oferecendo essa proposta. A ideia era resolver logo, porque estávamos bem próximos do fechamento da lei orçamentária, a LOA. Só que não foi tão fácil, nem tão rápido, como eles achavam que ia ser. Num primeiro momento, ninguém das carreiras de Estado topou aceitar. A Receita Federal foi até o último momento se recusando a aceitar. No instante final, o Ciclo de Gestão começou a ver que o governo não ia ceder mais e, então, algumas entidades recuaram. Só que ao levar a proposta para suas bases ela foi rejeitada.

### ■ **E no Sinal, o que aconteceu?**

A proposta foi rejeitada nas bases por dois terços. Só que nós não adotamos a mesma estratégia que o Ciclo de Gestão usou com suas bases: "Olha, nós vamos rejeitar essa proposta, ela não é boa, mas se fulano de tal aceitar, eu vou aceitar também." E eles conseguiram passar isso. As cinco entidades do Ciclo de Gestão saíram, fizeram acordo e aprovaram a proposta do governo. No caso do Banco Central, eu já havia sinalizado que era para aceitar a proposta, porque a corda já estava esticada. O Sinal deliberou e encaminhou para a AGN um indicativo de aceitação da proposta. Levamos a proposta para votação, falamos que ela era insuficiente e esperamos que as outras entidades votassem. Nesse momento, a Polícia Federal, a Receita Federal e os procuradores votaram que era insuficiente, e aí o pessoal do BC se animou com todos juntos e rejeitou também a proposta. Mas o que aconteceu depois foi diferente. Muitas dessas entidades começaram a sentir que não

tinham mais espaço e queriam voltar atrás. Por isso, foram buscar uma cereja para botar no bolo de fubá a fim de poder levar alguma coisa para novas votações nas suas bases. E os delegados fizeram isso, os procuradores também. A Receita Federal esteve lá e trabalhou o dia todo para conseguir uma melhoria com a intenção de poder votar de novo a proposta, que acabou novamente sendo rejeitada por 99%. Os índices de rejeição foram altos. Aqui no Banco Central, de um universo de 1.626 votantes, 1.024 rejeitaram, 575 aprovaram e apenas 27 se abstiveram.

### ■ Como está a situação agora?

Ficaram sete ou oito entidades grandes que não aceitaram: CVM, Susep, Banco Central, Receita Federal, fiscais do Trabalho, fiscais da Previdência, agências reguladoras, Inbra, agentes da Polícia Federal.

### ■ Ou seja, ficaram os azuis e os vermelhos...

Sim. Todos os policiais civis dos ex-territórios, que o governo federal ainda banca, rejeitaram. Na Polícia Federal, os delegados e os peritos aceitaram e os agentes, não. As categorias mais pesadas que não aceitaram, que têm poder de fogo e fizeram mais barulho, são os agentes da Polícia Federal e o pessoal das agências reguladoras.

### ■ E o que vocês vão fazer?

Há um arrependimento de alguns achando que tínhamos de levar para uma nova votação nas bases a ideia de fazer com que o governo voltasse atrás e nos incluísse no projeto de lei dos reajustes. E há outro grupo, achando que devemos voltar para a luta só em 2013. Na última reunião do Conselho Nacional do Sinal decidimos propor à categoria a retomada da luta imediatamente.

### ■ Diante desse quadro todo, que avaliação vocês fazem?

A avaliação que fazemos é que a presidente Dilma não vai deixar que haja soluções diferenciadas. Isso independentemente da crise, que foi colocada como ponto básico para o governo não aceitar nossos pleitos. A grande questão é que Dilma está convencida de que é preciso dobrar os sindicatos. E aí reside a grande diferença com o Lula. Dilma não traz



consigo o histórico de negociação, isso ficou claro. Mesmo os que assinaram o acordo acham que foi uma campanha de baixo nível, de pouca civilidade. O governo extrapolou do direito de ser autoritário.

### ■ Ou seja, para vocês, o governo sai desgastado desse embate.

Sai desgastado. Pela avaliação dos servidores, foi um retrocesso. Mesmo que o governo não tivesse dinheiro para oferecer aos servidores públicos, faltou habilidade política. Essa é nossa principal queixa. A presidente não quis, de forma alguma, ouvir nossos argumentos. No mesmo instante em que ela estava decidindo pelo reajuste dos servidores, já estava comprometida com os militares. Eles acabaram de ter um aumento de 30%, 9,14%, em três vezes. No mesmo momento em que o governo negociava conosco, estava preparando seu programa de desoneração do Custo Brasil. Fez o pacote de transporte, fez o da energia e já tem quatro ou cinco pacotes sendo lançados. Para desonerar, Dilma se desdobra para arrumar dinheiro, assim como fez



**Mesmo que o governo não tivesse dinheiro para oferecer aos servidores públicos, faltou habilidade política. Essa é nossa principal queixa.**

com a renúncia fiscal dos automóveis, das montadoras. O governo gastou quase R\$ 26 bilhões, sendo que US\$ 14 bilhões foram remetidos na mesma hora pelas montadoras para as suas matrizes, como remessa de lucros.

■ **Onde vocês conseguiram esses dados?**

No relatório do Banco Central. Principalmente a Fiat. Hoje temos um questionamento sobre o modelo que ela está usando. Os empresários estão adorando essa redução do Custo Brasil. É claro que ele precisa ser reduzido, mas o grande problema é que têm coisas que você vai resolver com a desoneração e outras, não. Além do contrassenso de estimular a produção de uma indústria poluidora! O discurso da presidente é claro. Ela está dizendo que não pode dar dinheiro para reajuste de servidor porque estamos vivendo uma crise e esse dinheiro é para salvar a economia. Só que, mesmo entre os empresários e gente do próprio governo que acompanha a política econômica, há questionamentos se ela não está jogando dinheiro pelo ralo.

■ **E se ela estivesse repassando esse dinheiro para a Educação e a Saúde, duas áreas tão necessitadas, a posição dos servidores seria diferente?**

Seria diferente, sim. Para Pesquisa, Educação e Saúde. Há uma percepção enorme entre os servidores de que a Educação precisa de maiores investimentos há muito tempo. E a Pesquisa também. Em um setor terciário, de prestação de serviços, nós estamos desenvolvendo sabe o quê? Salão,

manicure e o diabo a quatro. Nada contra. Mas não estamos conseguindo investir no segmento de prestação de serviços com maior exigência de qualificação profissional, em setores mais estratégicos para a economia.

■ **Os servidores, especialmente os federais, são acusados pelo governo e por alguns setores da sociedade de só defenderem interesses próprios, corporativos, mesmo ganhando salários altos. E que são insensíveis quando paralisam serviços essenciais à população. O que você tem a dizer sobre esse tipo de crítica?**

Essa visão que está sendo criada do servidor público nos preocupa. Nós, do Sinal, fizemos um intenso trabalho de mídia para explicar melhor à população nossa situação, porque o pessoal das carreiras estratégicas tem essa proposta de construir uma estrutura de Estado forte, potente. Quase todas as entidades que participaram desse movimento defendem propostas para melhorar a qualidade dos serviços de sua categoria. A Polícia Federal, por exemplo, tem necessidade de uma lei orgânica, que é corporativa, mas que no fundo traz a preocupação com a sua autonomia. Porque já houve incidentes em que ela foi retirada de campo para não apurar. O mesmo com a Receita Federal. Ela quer uma lei orgânica, ter um pouco mais de autonomia e poder para trabalhar, fiscalizar, por exemplo, a lavagem de dinheiro, a evolução patrimonial de pessoas suspeitas.

■ **Acha que a população entendeu a greve de vocês, o que reivindicavam?**

Não. Não entendeu, porque grande parte da população desconhece essas carreiras, não entende o significado de suas atribuições. E isso acontece com quase todas. Não conhece o que faz o Banco Central, não conhece o que fazem os procuradores, os delegados, a CVM, a Susep, a Receita. São carreiras regulatórias, de fiscalização, fundamentais para que a máquina pública funcione. A ausência ou o mau funcionamento delas significa ausência ou mau funcionamento do Estado, a desregulamentação do sistema financeiro, o desvio de arrecadação, o ingresso de produtos falsificados no país. Nós fomos julgados pelo salário, não pelas nossas atribuições, qualificações e qualidade do serviço prestado.

Um dos pontos que hoje é colocado como responsabilidade do governo é a lei de acesso à informação, a Lei da Transparência. Uma lei importante, sim, mas que precisa ser usada responsabilmente. Por conta do nosso movimento, o governo fez questão de jogar para a mídia os nossos salários, soltos no ar, como se fôssemos marajás. É por isso que a gente diz que a campanha, do ponto de vista da atuação do governo, foi de baixo nível, foi truculenta.

■ **No caso específico do Banco Central, como ficou a imagem? Quais as principais demandas?**

A nossa situação é diversa. O Banco Central só aparece quando falha, quando os juros estão altos, quando um banco quebra, ou quando se precisa dos seus serviços. No dia a dia, ninguém valoriza o que é feito. Quando o Banco tem de liquidar uma empresa, quando aparecem denúncias de CPIs, o primeiro órgão a ser consultado é ele. O BC é um dos órgãos mais chamados e mais isentos desses processos, mas isso não aparece. Outra coisa: o BC conseguiu viabilizar crescimento com taxas de juros baixas, sem inflação, e isso deu trabalho! Era inimaginável, não? Mas a população não valorizou, parece que era obrigação. A ação do Banco Central é uma ação prudencial. Talvez o sistema financeiro mais “seguro”, mais prudente que existe seja o do Brasil. As exigências para manter as instituições financeiras no país são maiores do que aquelas exigidas internacionalmente. O FED (*Banco Central dos Estados Unidos*) deu um prêmio ao BC como o melhor Banco Central do mundo. Mas ninguém sabe disso, ninguém valoriza esse reconhecimento internacional.

■ **Esse não seria o papel do Sindicato? Esclarecer, abrir, mostrar qual é a qualidade do trabalho de vocês?**

Sim, a qualidade do dinheiro que roda hoje é de responsabilidade do Banco Central, assim como a falta de troco. O problema financeiro por que passa muita gente, em função da má aplicação dos recursos, também preocupa o Banco, ele tem um programa de educação financeira. Agora o Banco Central criou uma diretoria de assuntos especiais para cuidar da defesa do consumidor, para estar mais perto da sociedade. Graças a Deus! Uma reivindicação antiga do Sinal,

“ O FED (Banco Central dos Estados Unidos) deu um prêmio ao BC como o melhor Banco Central do mundo. Mas ninguém sabe disso, ninguém valoriza esse reconhecimento internacional.

que está dentro do nosso projeto de um Sistema Financeiro Cidadão. Nós fomos até convidados para ajudar a fazer uma proposta de trabalho para essa diretoria.

■ **Que projeto é esse?**

O projeto do Sistema Financeiro Cidadão. A ideia é incluir na regulamentação do artigo 192 melhorias na legislação que permitam ao Banco Central ter mais acesso e mais condições de punir os bancos e brigar pela defesa do consumidor. É uma proposta do Sindicato para a melhoria da regulamentação do sistema financeiro, cobrança de tarifas, etc. Além disso, poder direcionar a concessão de créditos para empresas bem-intencionadas. O empresário que desmata a floresta, invade áreas indígenas ou provoca contaminação ambiental não deveria receber crédito. Tudo isso está no nosso projeto. Só que não temos espaço para trabalhar essas questões, não conseguimos evoluir. O Executivo não quer ver, não interessa a ele comprar essa briga. Já tentamos marcar uma conversa com o ministro (*da Fazenda*) Guido Mantega, mas não tivemos nenhuma resposta.

■ **E o que o Sinal está fazendo mais com vistas a melhorar os serviços prestados pelo BC para a sociedade e de torná-los mais conhecidos e respeitados?**

Estamos retomando o assunto da educação financeira, que é de uma necessidade enorme: 40 milhões de pessoas entraram para o mercado financeiro e, certamente, são

enganadas pelos bancos. Além disso, há a necessidade de uma revisão dos critérios de bancarização, ou seja, onde o sistema financeiro deve estar. Hoje, as pessoas reclamam muito que o sistema financeiro só trabalha nos grandes centros. Esse é um projeto nosso, foi discutido com o Ipea (*Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*). Fizemos um trabalho em parceria, com seminário, lançamento no Congresso. Essa é uma bandeira nossa, mas ainda não conseguimos emplacá-la. Estamos trabalhando também o fortalecimento e a revitalização das regionais do Banco Central. Tem gente que diz que isso é corporativismo, mas não é. Pensamos no atendimento ao público, no atendimento das demandas e em ter uma visão mais próxima, regionalizada, que pode ajudar a desenvolver uma política econômica e monetária, principalmente monetária, menos perversa. Então, essas coisas são o que a gente tem e gostaria de implementar.

■ **O direito do consumidor, hoje, é uma bandeira que está se expandindo muito, a sociedade está colaborando, denunciando irregularidades. Você não acha que há um espaço grande para o Sinal trabalhar aí e ser mais conhecido?**

Sim. A nossa proposta de atuação é que esse trabalho seja assessorado pelo Banco Central, já que a Legislação tirou dele esse poder e passou-o aos Procons. Nada contra, só que a gente entende que os Procons não estão aparelhados para isso. Não existe uma estrutura ideal nos estados e municípios para atender a população nessa área. Onde existe maior concentração de problemas o Banco Central tem de estar presente, tem de estar atendendo. Por isso a gente defende que nas regionais esse serviço seja primordial.

■ **Vocês defendem que o governo tenha uma visão do Estado presente na economia, um Estado servindo à sociedade, um serviço prestado de qualidade. Isso significa ter funcionários qualificados, ganhando bem e concursados, cumprindo a sua função. É isso?**

Ninguém é contra o governo, a gente torce para que o governo dê certo, e torce para que, efetivamente, consiga ver nas carreiras estratégicas a necessidade de participação. Esse é o espírito da nossa luta. Estamos preocupados com

os concursos — 700 já se aposentaram este ano, e o nosso cálculo é que mais 1.200 se aposentem logo. Tivemos mais de 13 anos sem concurso, isso criou uma demanda enorme de funcionários aptos a prestar serviços qualificados, de responsabilidade, para o Estado. O Lula abriu pelo menos uns dois ou três concursos, mas a situação ainda é preocupante. Nós trabalhamos junto ao Ministério do Planejamento para a ampliação do número de vagas, mas sentimos muita resistência para conseguir isso este ano. O Banco Central está preparando uma nota técnica, justificando, junto ao ministério, a reposição de quadros. No governo Lula, com Meirelles (*Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco Central*), foi criado um programa plurianual de reposição para o BC, mas acho que para outras áreas também. Havia a proposta de se botar 500 pessoas no primeiro concurso, mais 500, mais 500. Mas isso não aconteceu. Quando veio o governo Dilma, a orientação foi de reavaliar tudo. Então, esse programa plurianual passou a ser reavaliado.

■ **Por enquanto está suspenso?**

Houve, no início de julho, uma grita muito grande, aí a Dilma privilegiou as universidades, com toda a razão, e o governo começou a fazer um trabalho de médio e longo prazos sobre a reposição de quadros. No Ministério do Planejamento, a coordenadora da Força de Trabalho disse que vão dar prioridade ao Banco Central e colocar essa questão já no orçamento deste ano, para poder admitir em 2014. A preparação do concurso será feita em 2013, vai sair um edital, e o BC está estudando a possibilidade de pedir 1.400 vagas — mil para analistas e 400 de técnicos. O Banco sabe que não vai conseguir isso de uma vez só, vai ser difícil. O número ainda não é certo, há estudos nesse sentido. Ou a gente pede de uma vez só, ou faz uma proposta para ser já negociada e dividida em duas vezes. O Banco estava querendo fazer essa proposta, admitindo que fossem realizados dois concursos, mas eu acho difícil você botar 1.500 pessoas em dois concursos aqui no BC. Por quê? Porque tem uma massa de aposentados no serviço público que preocupa. Hoje, segundo informações, são mais de 80 mil servidores que têm o direito de aposentadoria. E você repor essa massa toda de uma vez é complicado. ▣

# Banco Central: mais perto do cidadão?



## Para o Sinal, criação de nova diretoria sinaliza a preocupação da instituição com os interesses do consumidor bancário

A criação de uma nova diretoria com o objetivo de aproximar o Banco Central da sociedade e aprimorar os canais de comunicação pode ser um passo importante da instituição para um sistema financeiro mais cidadão. Enquanto cuida da estrutura da nova área, o economista Luiz Edson Feltrim, de 59 anos, já se prepara para o desafio de atender aos interesses do país com a sistematização da informação, a educação financeira e a necessidade de maior transparência do Banco. O Sinal não foi consultado sobre a criação da Diretoria de Assuntos Especiais, mas só aguarda um chamado para encaminhar suas principais sugestões.

“A criação da diretoria sinaliza a preocupação do Banco Central com a cidadania, a transparência e os interes-

ses do consumidor. O Sinal é favorável e já se pôs à disposição do diretor para conversar”, diz Sérgio Belsito, presidente do Sindicato. “Acreditamos que alguns conceitos do projeto 192 podem ser pauta de trabalho para a nova área.”

O projeto de regulamentação do artigo 192 da Constituição, proposto pelo Sinal, defende um novo Sistema Financeiro Nacional. Entre as sugestões estão a promoção da inclusão financeira, a ampliação do crédito com redução dos custos de financiamento e maior participação dos brasileiros na definição da política econômica do país. A iniciativa é respaldada por outras propostas semelhantes, que começam a surgir entre diversos setores da sociedade e em projetos do governo federal de incentivo a um sistema financeiro solidário.

Pelo menos duas das propostas do

projeto 192 já vêm sendo desenvolvidas pelo Banco Central: a inclusão e a educação financeiras. Servidores do Banco foram encarregados de cuidar especificamente da primeira. O Banco já promoveu três fóruns sobre o tema. No último, realizado em Brasília em novembro do ano passado, foi lançada a Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF), a fim de promover a adequada inclusão na busca de um sistema financeiro sustentável e eficiente, e divulgado o II Relatório de Inclusão Financeira, com um diagnóstico dos avanços e entraves do processo no Brasil. O Programa de Educação Financeira (PEF), responsável pela orientação da sociedade a respeito de assuntos econômicos, uma das preocupações do projeto 192, também foi criado pela instituição.



A reportagem da revista Por Sinal tentou falar com o diretor Luiz Edson Feltrim, mas a assessoria de imprensa do Banco informou que ele não poderia dar entrevista no momento. No discurso de posse, Feltrim reforçou o papel da nova diretoria: “Entendo que a missão nesta nova área é servir aos interesses da coletividade por dois motivos principais. O primeiro deles é a necessidade de levar, de forma sistematizada, a informação e a educação financeiras para a crescente parcela da população recém-chegada à condição de consumidora dos produtos e serviços do sistema financeiro, reflexo de melhorias nos indicadores sociais do país, como o aumento de emprego e renda, e, também, da política bem-sucedida de inclusão financeira patrocinada pelo Banco Central e do próprio dinamismo da economia brasileira nos últimos anos. O segundo motivo, estreitamente ligado ao primeiro, é a recente aprovação da Lei de Acesso à Informação, que traz o importante desafio da transparência que o Brasil agora abraça de forma definitiva, e aqui no Banco Central estamos empenhados em cumpri-la de forma absoluta e irrestrita, o que exige de nós ainda maior comprometimento institucional com a transparência, as práticas de boa governança e a prestação de informações aos cidadãos de forma tempestiva e de qualidade.”

### ► De olho no Copom

A criação da nova diretoria foi anunciada pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, com o objetivo

de fortalecer o relacionamento com o cidadão e os instrumentos de comunicação social. A indicação do economista Luiz Edson Feltrim, chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro por 12 anos e secretário-executivo do BC desde maio de 2011, foi encaminhada à presidente Dilma Rousseff, passou por sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e, por fim, foi aprovada em votação secreta pelo plenário da Casa por 49 votos a 5. Como diretor da instituição, Feltrim tem assento garantido nas reuniões do Comitê de Política Econômica (Copom), encarregada de fixar o nível da taxa básica de juros da economia brasileira.

Entre as atribuições da nova diretoria está a de garantir maior transparência às decisões do Copom. Até agora, o Banco Central informava apenas o placar da reunião que estabelece a política de juros básicos do país. Na reunião de março deste ano, por exemplo, quando se decidiu um recuo da taxa para 9,75% ao ano, numa votação em que não houve unanimidade, o BC informou apenas que, “dando seguimento ao processo de ajuste das condições monetárias, o Copom decidiu reduzir a taxa Selic por cinco votos a favor e dois votos em 0,5 ponto percentual”. As informações agora serão divulgadas no comunicado publicado logo após a reunião e na ata das reuniões, publicada normalmente uma semana depois. Elas devem nominar quem votou e como votou para atender à Lei de Acesso à Informação. “A expectativa

é grande, principalmente no que se refere à defesa do consumidor”, diz Sérgio Belsito.

Luiz Edson Feltrim defendeu, ao ser sabatinado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, em 13 de junho, uma atuação conjunta entre a autoridade monetária e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A proposta é inédita, já que as duas instituições disputam há mais de uma década na Justiça qual dos dois órgãos deve cuidar da defesa da concorrência no setor bancário. Feltrim propôs uma atuação complementar das duas instituições. “Temos de enfrentar essa questão para dar estabilidade jurídica”, disse, em resposta à pergunta de um senador sobre qual órgão deveria fiscalizar a concorrência entre os bancos em relação aos juros cobrados nos empréstimos das famílias.

Um parecer da Advocacia-Geral da União (AGU) entende que decisões sobre concorrência no sistema financeiro cabem ao Banco Central. O parecer foi confirmado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em agosto de 2010, mas o Cade segue com seus julgamentos na área e não desistiu da liberação formal de sua atuação. O assunto esquentou ainda mais com a entrada em vigor do Supercade, que passa a ter mais poderes a partir de agora. O Banco Central não recuou, e informou no fim de abril que examinará a concorrência entre os bancos e vai exigir condições que promovam mais competição. A autoridade também quer saber a intenção de fechamentos de negócios no setor, antes que eles sejam concluídos. ▣

# A família da sua família!



## Sinta-se em casa com a FAMÍLIA FENASBAC.

Não tem nada que nos deixe mais a vontade e tranquilo do que estar em casa. É nesse diferencial que nós, FAMÍLIA FENASBAC, sempre apostamos ao oferecer nossos clubes e serviços exclusivos.

São mais de dez filiais espalhadas pelo Brasil, oferecendo variadas opções de lazer, atividades esportivas, eventos culturais e integração social em geral. Além de tudo, você conta com uma ampla gama de serviços que atendem suas necessidades pontualmente, com rapidez, praticidade e atendimento personalizado. Tudo isso com a marca de quem tem soluções descomplicadas.

Faz toda a diferença fazer parte dessa família. Venha conferir!



# A conta, por favor!

**Queda das taxas de juros é mais uma pedra no caminho dos bancos, que já criaram novos expedientes para engordar o caixa.**

**Resumo da ópera: quem paga a conta é o cliente**

Os bancos, que no ano passado assumiram a liderança no ranking de queixas das instituições de defesa dos direitos do consumidor, estão na mira agora por falta de transparência ou denúncias de irregularidades na transferência dos benefícios da redução da Selic aos clientes. As reclamações contra cobranças indevidas pelos bancos, seja em dívidas, seja em tarifas, cresceram 28,2% no primeiro semestre de 2012, na comparação com igual período do ano passado, de acordo com a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de São Paulo (Procon-SP). O número passou de 4,6 mil para 6 mil reclamações e representa mais de um terço do total de queixas que o órgão recebeu sobre problemas com bancos. O aumento coincide com um cenário em que as instituições bancárias registram queda nos lucros pela primeira vez em dez anos. O Itaú Unibanco, maior banco privado do país, registrou lucro líquido de R\$ 6,7 bilhões no primeiro semestre – 5,65% menor em relação ao mesmo período de 2011. Os ganhos do Bradesco também ficaram aquém do esperado, com aumento de apenas 2,5%.

Especialistas acreditam que o ciclo de crescimento acelerado do setor bancário registrado nos últimos dez anos chegou ao fim. Para evitar um prejuízo ainda maior, eles parecem decididos a driblar os clientes com promessas de juros baixos que não passam de armadilha para atrair o consumidor.

“Os bancos não têm como prioridade apontar alternativas à necessidade do consumidor, mas sim apenas com as metas da instituição”, diz Maria Elisa Novais, gerente jurídica do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). “Muitos bancos estavam impondo condições, inclusive tarifárias, para a concessão de crédito com taxa mínima de juros, mas o problema maior é a falta de transparência e clareza nas relações com os clientes”, afirma Cristina Martinussi, assessora técnica do Procon-SP.

## ► Pesquisa de campo

Pesquisadores não identificados do Idec foram a agências do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Bradesco, Santander, HSBC e Itaú Unibanco em São Paulo com um

pedido padronizado de empréstimo de R\$ 300. Apesar do valor, abaixo da média de R\$ 2.390, os atendentes não só botaram obstáculos para a concessão de crédito, como também, em muitos casos, ofereceram outras opções menos vantajosas, como cartão de crédito e cheque especial. O HSBC exigiu avalista para liberar o dinheiro. A Caixa ignorou completamente a obrigação de informar o Custo Efetivo Total (CET) do financiamento. O Itaú Unibanco simplesmente negou o crédito porque o cliente não tinha pontos suficientes, mas insistiu para que ele optasse pelo cheque especial, que tem taxa de juros de 8,89% ao mês (ou 177,87% ao ano). Três dos seis bancos pesquisados não ofereceram a linha de crédito mais em conta: Caixa, HSBC e Itaú Unibanco. Pelo menos quatro – Banco do Brasil, Santander, Bradesco e Itaú Unibanco – tentaram fazer venda casada, proibida pelo Código de Defesa do Consumidor. A concessão de taxas mais em conta só beneficiava o cliente com conta salário ou relacionamento atrelado ao cartão de crédito e ao cheque especial.

O banco mais bem colocado foi o Bradesco, que não ofereceu resistência, não cobrou tarifa de serviços, entregou contrato e fez a simulação de CET. No Santander, os juros para a operação foram de 4,79% ao mês, similar aos de outras instituições. Já no Bradesco chegou a 6,31% ao mês, a mais alta. Quando observados todos os encargos, verifica-se que o custo total pago pelo cliente do Santander salta para 9,24% ao mês (quase o dobro da taxa de juros), enquanto o do Bradesco fica em 6,39% ao mês (de acordo com o valor calculado pelo Idec). O que encareceu tanto o crédito do Santander foi a cobrança de um seguro no valor de R\$ 27, cuja aquisição foi obrigatória – o que também configura venda casada e, portanto, é ilegal. O Banco do Brasil e o Bradesco também empurraram um seguro, mas como eles custaram apenas R\$ 1,97 e R\$ 2,93, respectivamente, o impacto não foi tão grande.

“Nenhum banco passou de 70% na análise. O único que passou dos 50% foi o Bradesco, que cumpriu dez das 14 práticas consideradas adequadas, de acordo com a Regulamentação do Banco Central e o Código de Defesa do Consumidor”, afirma Maria Elisa Novais. “Juros mais baixos não é um benefício para todos os brasileiros, mas apenas para uma clientela seleta.”

### ► Falha na comunicação

A pesquisa mensal de juros, realizada desde 1996 pela Fundação Procon-SP, mostrou uma redução pequena das taxas cobradas pelos seis maiores

bancos públicos e privados em julho. Pelo levantamento feito naquele mês, a taxa média para empréstimo pessoal recuou de 5,5% ao mês, em junho, para 5,42%, em julho – uma redução de apenas 0,08 ponto percentual. O Procon-SP já havia notificado os bancos públicos e privados para que prestassem esclarecimentos em relação às reduções de juros, porque outra pesquisa da instituição havia apontado falha de comunicação com os clientes.

De acordo com a entidade, as instituições financeiras não estavam prestando informações precisas quanto a prazos, taxas e condições para que o consumidor possa ter acesso a financiamentos com custo reduzido. A con-

fusão ia da nomenclatura das linhas de crédito, que impedia a associação entre o que foi anunciado e o crédito disponível, a apresentações confusas sobre a redução das taxas de juros, que nem sempre deixavam claro se a redução é das taxas máximas ou mínimas. Taxas menores, em geral, só beneficiavam os clientes com conta salário. Em alguns bancos, foi constatado que era preciso se encaixar em um perfil que incluía a adesão a certos pacotes de serviços para conseguir taxas de juros reduzidas.

“O pacote de serviços, em alguns casos, atingia valores pesados em contrapartida à taxa mínima de juros”, diz Cristina Martinussi. “A taxa mínima de juros não é para todos.”



# A história do BC, a vivo e a cores

Se há alguém que pode contar a história do Banco Central é Maria Balbino. Ela foi a única testemunha da criação do Banco, quando ainda trabalhava na Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), órgão subordinado ao Ministério da Fazenda, que deu origem à autarquia.

Funcionária contratada da Sumoc desde 20 de outubro de 1953, ainda garota, meio rebelde, Maria Sebastiana Balbino era considerada a melhor datilógrafa do Banco, tanto, que a requisitaram para trabalhar no gabinete do diretor, oferta que sempre rejeitou. “Vocês gravam o que ele fala e, depois, eu datilografo”, respondia ela, à época uma das responsáveis pelos registros das autorizações de abertura e funcionamento de agências bancárias.

Hoje aposentada, Maria afirma que antigamente a instalação de uma agência era muito controlada. “Os bancos pediam e a Sumoc concedia a autorização, através de uma Carta Patente”, conta, acrescentando que esta é a única coisa boa de ser lembrada do período da ditadura. “Havia uma máquina usada exclusivamente para esse fim, e quem batia as patentes era o José Carlos Soares Dutra.”

Outra boa recordação é a criação do Banco Central do Brasil, em 31 de março de 1964. Maria Balbino lembra-se que estava numa festa de fim de ano, nesta data, quando foi chamada para passar um telegrama urgente ao Fundo Monetário Internacional (FMI), comunicando a fundação do Banco. “Pediram-me que não contasse a

ninguém, mas a primeira coisa que fiz, ao voltar à festa, foi anunciar: ‘Saiu o BC, gente, é a Lei 4.595’”, diz, esclarecendo o motivo da indiscrição: “Segredo, quando é do interesse do funcionalismo do BC, eu não guardo.”

Em 1970, Maria Balbino foi trabalhar em Brasília, “cidade para onde ninguém queria ir”, na Gerência de Câmbio, Fiscalização e Registro de Capitais Estrangeiros. Depois, trabalhou no Paraguai, durante a criação da Itaipu Binacional, requisitada ao BC pelo general Costa Cavalcanti. Um belo dia, por motivos que diz só interessar a si mesma, pediu licença no BC e foi morar em Ancara, capital da Turquia. Por lá, ficou quatro longos anos. Ao voltar, e sem saber aonde ia trabalhar, encontrou, por acaso, o ex-ministro



Mário Henrique Simonsen, que lhe deu o braço e sentenciou: “Você vai trabalhar comigo.” “Terminei no Ministério do Planejamento”, afirma.

Só aposentada voltou ao Rio e a frequentar o BC. Foi quando se aliou ao delegado Regional do Banco, Alberto Guedes Paes – “na época, eles não eram submissos” –, para criar a Associação dos Antigos Funcionários do Banco Central. “Ele estava preocupado em cuidar da qualidade de vida dos aposentados e eu, além disso, em fazer um elo entre eles e os servidores da ativa”. Lembra que brigou muito para os aposentados serem aceitos na Associação dos

Funcionários do Banco Central, que deu origem ao Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal). “Eles me diziam: ‘Maria, você já tem a sua própria associação.’ Eu respondia: ‘É, mas somos todos BC!’”

O tempo provou que ela estava certa, porque hoje há muitas lutas que unem servidores da ativa e aposentados, como as de manutenção da Centrus e dos convênios mantidos com o INSS, e em todas elas, Maria continua presente. Com essa história ainda viva na memória, Maria Balbino declara, orgulhosa, que 2013 será um ano especial. “É o Jubileu de Prata do Sinal, criado em outubro de 1988.”

**Eu estava preocupada em fazer um elo entre eles (aposentados) e os servidores da ativa.**



# E o Brasil, vai bem obrigado?

A pergunta continua sem respostas. No centro do debate, a capacidade da economia brasileira de crescer de forma sustentável. Para muitos, o crescimento com base no consumo não resolve, é política de curto prazo

PAULO VASCONCELLOS



No discurso de mais de 21 minutos e 1.734 palavras, sem contar os salamaques aos convidados à cerimônia no Palácio do Planalto, em Brasília, na quarta-feira, 15 de agosto, em que anunciou o pacote de concessões de rodovias e ferrovias, a presidente Dilma Rousseff mirou a sustentabilidade do crescimento econômico do país para acertar também a redução do custo Brasil. Com o cuidado de não proferir uma única vez a expressão “privatização”, uma obscenidade aos ouvidos petistas, Dilma prometeu destinar R\$ 133 bilhões para obras capazes de eliminar um dos principais gargalos à competitividade do país. Nada menos de R\$ 79,5 bilhões serão aplicados em cinco anos e outros R\$ 53,5 bilhões deverão ser bancados por empresários em um período de 20 a 25 anos.

É a primeira etapa do Programa de Investimentos em Logística. As próximas fases, previstas para serem lançadas a conta-gotas numa tentativa ao mesmo tempo de desviar o foco do julgamento do escândalo do Mensalão e servir de munição para as eleições municipais de outubro, devem contemplar portos, aeroportos e energia. O governo vai transferir para a iniciativa privada a construção e a administração de pelo menos cinco portos, 50 mil quilômetros de rodovias, 12 mil quilômetros de ferrovias e cinco aeroportos. A expectativa é atrair R\$ 60 bilhões em investimentos para tirar da pasmaceira o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Para viabilizar o modelo, o governo levou em conta a economia feita

com a diminuição da dívida interna decorrente da redução da taxa de juros. Uma parcela do dinheiro que as empresas vencedoras nas licitações arrecadarem terá de ir para obras de melhorias nos setores administrados. Uma série de medidas também já está em discussão pelos técnicos para reduzir o preço da energia elétrica e ampliar o processo de desoneração da folha de pagamento das empresas privadas. Na agenda estão marcadas ainda negociações com a Câmara dos Deputados para trocar o fim do fator previdenciário pela idade mínima para a aposentadoria – 60 anos para as mulheres e 65 para os homens – e regras mais restritivas nas pensões por morte, que consumiram R\$ 100 bilhões em 2011, o equivalente a 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB). O pacote de concessões, saudado pela oposição como um choque de capitalismo, pela primeira vez engaja o setor privado no desafio de implantação da infraestrutura necessária ao desenvolvimento do Brasil.

### ► **Crescimento medíocre**

A guinada de Dilma Rousseff foi embalada pela perspectiva desalentadora de, pela primeira vez em uma década de administração petista, o país ter pelo segundo ano consecutivo um crescimento píffo do PIB. Depois dos 2,7% do primeiro ano de governo, era tudo que a presidente não queria. Se ficar com 1,7% em 2012, como prevêem analistas do mercado, a média em dois anos será de 2,2% — abaixo dos 2,3% ao ano dos dois mandatos do tucano

Fernando Henrique Cardoso. O legado do “pibinho” pode ter reflexos eleitorais não apenas nas eleições municipais de outubro, mas também na própria sucessão presidencial, em 2014. Até a revisão da expectativa da expansão do PIB cair para menos de 2% este ano, os indicadores econômicos ora pareciam apontar que a economia ia bem, ora que ia mal.

O nível de emprego é um exemplo dessa contradição. Ele tem se mantido estável, mas com desaceleração na geração de novas vagas. Dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego revelam que, no primeiro semestre do ano, o saldo entre admissões e demissões ficou pouco acima de um milhão – 26% menor do que nos seis primeiros meses de 2011. Foi o pior resultado em três anos. “O ritmo diminuiu, mas ainda assim a geração de empregos é consistente num cenário de crise mundial”, diz Rodolfo Torelly, diretor do Departamento de Emprego e Salário do MTE. As vendas nos supermercados cresceram 3,63% no primeiro semestre do ano, na comparação com o mesmo período do ano passado, mas a inadimplência das empresas saltou 16,5%. A balança comercial brasileira registrou, no primeiro semestre, o pior resultado em dez anos, com um saldo negativo de US\$ 9,949 bilhões e queda de 38,2%, na comparação com janeiro a junho de 2011. Em julho, as vendas de produtos básicos registraram a maior queda, de 12,9%, puxadas principalmente pelas commodities metálicas e energéticas,

**Muita gente chegou a dizer que 2011 era o primeiro ano de governo. Errado, esse era o nono ano de governo. Para aqueles que dizem que 2011 foi contaminado pela crise, vale lembrar que a turbulência internacional somente chegou ao Brasil no quarto trimestre, tal como em 2008, mas naquele ano a economia cresceu 5,2%.**

JOÃO SICSU  
Economista da UFRJ



como minério de ferro e petróleo bruto. Os investimentos privados caíram de 4,7% para 1%, de acordo com o Banco Central, mas o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV) acredita que até o fim do ano será zero.

► **Apagando incêndios**

Podia até não ser o fim do mundo, mas qualquer pesquisa sobre o que andavam escrevendo ou dizendo economistas independentes do mercado ou do governo sobre a conjuntura econômica do país refletiria um quadro desolador. “O problema macroeconômico brasileiro é o crescimento medíocre, que não se apoia em investimento nem público nem privado e que foi mantido pela evolução favorável das exportações primárias brasileiras e pelo

endividamento assustador das famílias com compras e com a corrosão de suas rendas familiares com os juros leoninos. Ativar o investimento produtivo das empresas, retomar uma taxa de investimento de, pelo menos, 23% a 24% do PIB é impossível com um simples apelo ao ‘espírito empresarial’, que se nutre e se alimenta com desconfianças”, escreveu Carlos Lessa, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no jornal Valor Econômico. “A política econômica do governo é desenvolvimentista, mas ainda é principalmente reativa, defensiva, mais voltada para apagar incêndios”, disse o professor Fernando Cardim, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em entrevista ao IJU On-line, da Universidade do Rio dos Sinos (Unisinos), no Rio Grande do Sul. “As

bases de um crescimento vigoroso e sustentado ainda estão por serem lançadas. A despeito de uma recuperação gradual nos anos recentes, a taxa de investimento continua baixa no Brasil. Sem uma recuperação dos investimentos públicos e privados, é provável que o crescimento da economia brasileira continue a decepcionar”, escreveu Paulo Nogueira Batista Jr., diretor-executivo pelo Brasil e mais oito países no Fundo Monetário Internacional (FMI), no jornal O Globo. “A economia brasileira tem problemas para crescer de forma sustentável. Crescer alicerçado apenas em consumo é política de curto prazo. A taxa de crescimento é baixa porque a relação investimento/PIB está estagnada em 19%”, endossa Fernando Ferrari Filho, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). “Muita gente chegou a dizer que 2011 era o primeiro ano de governo. Errado, esse era o nono ano de governo. Para aqueles que dizem que 2011 foi contaminado pela crise, vale lembrar que a turbulência internacional somente chegou ao Brasil no quarto trimestre, tal como em 2008, mas naquele ano a economia cresceu 5,2%. Um projeto de desenvolvimento precisa de técnicas e gerência, mas precisa também de liderança política, ousadia, criatividade e coragem”, escreveu o economista João Sicsu, da UFRJ, na revista Carta Capital.

Dilma Rousseff já articulava o pacote de concessões com líderes empresariais, enquanto sinalizava com medidas de estímulo ao consumo doméstico para minimizar a desaceleração da economia. O remédio da isenção fiscal já

havia garantido a blindagem do país na crise financeira internacional de 2009. O crescimento do PIB naquele ano foi zero, mas, em 2010, chegaria a 7,5%, o que catapultou a aprovação do governo Luis Inácio Lula da Silva por 80% da população e elegeu Dilma presidente. Em abril deste ano, o governo lançou um pacote de desoneração da folha de pagamento de 15 setores da economia, num montante de R\$ 7,2 bilhões, para dar sustentação ao Plano Brasil Maior de restabelecer a competitividade da indústria brasileira. Em maio, baixou os juros para a compra de máquinas e equipamentos e reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) dos automóveis e o compulsório dos bancos. Em junho, cortou de 6% para 5,5% a taxa de juros do BNDES para investimentos e ampliou para R\$ 8,4 bilhões os gastos do governo até dezembro com a compra de equipamentos. Havia ainda a expectativa de que o processo de queda da taxa básica de juros se alastrasse pelo sistema financeiro e desse um fôlego renovado ao consumo das famílias que trocassem as dívidas antigas e caras por outras novas e mais baratas. Durante todo o primeiro semestre, os discursos de Dilma Rousseff eram de quem parecia convencido, como o professor de economia política internacional Dani Rodrik, da John F. Kennedy School of Government, da Universidade de Harvard, de que as nações com maior resistência às intempéries da economia seriam aquelas mais voltadas ao mercado doméstico em um ambiente macroeconômico mais estabilizado diante das turbulên-

cias internacionais. “A má notícia é que estamos todos indo para o inferno. A boa notícia é que nem todos chegarão ao inferno na mesma velocidade”, ironizou Rodrik no seminário “O Brasil e o Mundo em 2020”, promovido pelo BNDES, no Rio, em comemoração aos 60 anos do banco estatal.

### ► Os limites do mercado interno

A força do mercado interno brasileiro não é, afinal, nada desprezível. A economia doméstica, com investimentos em infraestrutura e os recursos naturais em óleo e gás e minério, já garantiria o crescimento potencial do país entre 2% a 3% ao ano. Um estudo da Inter.B Consultoria revela por que essa locomotiva da economia é alvo não só da preocupação dos governantes, como também dos estrategistas nas campanhas de lançamento de produtos. Entre 2002 e 2011, 37,4 milhões de pessoas – o equivalente a duas vezes a população do Chile, três vezes a de Portugal ou a de uma Polônia inteira – ascenderam à classe C no Brasil. Ela hoje reúne 105 milhões dos 191,4 milhões de habitantes do país. É a maioria (55,1%) da população. Dois terços migraram das classes D e E por conta do dinamismo do mercado de trabalho e o outro terço graças às políticas de transferência de renda do governo federal. A taxa de desocupação na área de serviço e construção civil, por exemplo, caiu de 6% para 3,1%, de 2002 a 2012. No setor de serviços domésticos, baixou de 5,7 para 1,9% - o que estatisticamente

é equivalente a zero. O nível de desemprego caiu, no mesmo período, de 12,1% para 4,2% (para quem tem menos de oito anos de estudo), de 15,5% para 7,5% (para quem tem de oito a dez anos de estudo) e de 9,6% para 5,6% (para quem tem 11 anos ou mais de estudo). Os recursos movimentados na transferência de renda, que garantiram a ascensão de cerca de 10 milhões de pessoas, representaram, no ano passado, 14,86% do PIB – uma das menores fatias (0,44%) vem do programa Bolsa Família (0,44%) e a maior (5,96%), do Regime Geral da Previdência Social. A nova classe média, absorvida pelo dinamismo do mercado de trabalho ou beneficiada pela transferência de renda, foi ao paraíso do consumo com dinheiro no bolso ou cartão de crédito a tiracolo. Números do Banco Central mostram que o crédito para pessoas físicas triplicou de 5,54% para 15,28% do PIB, enquanto para a habitação passou de 1,63% para 4,84%. O resultado é que 22% da renda das famílias brasileiras estão comprometidas com o crédito. Para as famílias americanas, o comprometimento médio é de 12%, porque o prazo é maior e os juros menores.

A demora no aparecimento dos primeiros indicadores de alento da economia, provocada pelos pacotes de estímulo ao consumo, talvez seja a comprovação do esgotamento da capacidade de endividamento do mercado interno apontado por alguns economistas, mas rejeitado pela presidente da República. Os dados mais significativos só saíram depois que o governo havia

anunciado o pacote de concessões das rodovias e ferrovias. As vendas do comércio varejista de junho cresceram 6,1% em relação a maio. Elas foram puxadas pelo salto de 16,4% das vendas de veículos e autopeças, um reflexo da redução do IPI para automóveis. Até a combatida produção industrial registrou alta, a primeira depois de três quedas mensais consecutivas, e subiu 0,2% frente a maio, de acordo com o IBGE. A taxa de confiança do empresariado industrial subiu 2,2% e chegou aos 54,5 pontos. O mercado de trabalho criou 142.496 postos de emprego formal em julho, contra os 120 mil de junho. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou crescimento de 0,75% em junho, na comparação com maio. Foi o maior, desde março de 2011, mas

em 12 meses ficou em apenas 1,2%. Termômetro do PIB, o IBC-Br incorpora estimativas para a produção nos três setores básicos da economia – serviços, indústria e agropecuária. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, achou que já havia o que comemorar: “Está dando uma virada depois de um ponto de inflexão, depois de ter um crescimento negativo por vários meses consecutivos. Eu vejo que agora é um ponto de virada. Daqui pra frente, nós vamos ter resultados melhores.” Alguns analistas do mercado também se apressaram a apontar a recuperação, embora ela não seja generalizada nem expressiva. Um dado até então inesperado voltou a esfriar os ânimos: a venda de celulares e computadores, que pareciam imunes às dificuldades econômicas, caiu 14,6% em junho, na comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com levantamento do IBGE. A queda se explica principalmente pela descapitalização do consumidor. Junho é tradicionalmente mês de ressaca do Dia das Mães no comércio, mas este ano as vendas de PCs caíram mais: 24%, contra 17,9% do ano passado, na comparação com maio.

### ► Os gargalos logísticos

O pacote de concessões talvez tenha chegado tarde para salvar da mediocridade os números da economia em 2012, mas aponta uma tentativa de retomada do desenvolvimento sustentável. A mobilização inédita da iniciativa privada em torno de um projeto conduzido pelo setor público, que depende ainda de regulação e

de um programa de integração dos modais de transporte, tem o mérito de resgatar a importância da infraestrutura como um dos pilares da produtividade econômica do país. Nos últimos 20 anos, por causa dos gargalos logísticos e da falta de aprimoramento do ambiente de negócios e de qualificação do trabalho, a produtividade do conjunto dos fatores ou sistêmica no país avançou pouco mais de 0,6% ao ano. O ganho médio de produtividade por trabalhador brasileiro foi de 1,02% ao ano, contra 1,14% na União Europeia, 1,88% nos Estados Unidos, 2,14% na Malásia, 3,34% na Coreia do Sul, 4,95% na Índia e 8,35% na China. Na Alemanha, os salários são altos, mas estão em sintonia com a produtividade também alta. O nível salarial sem a contrapartida da produtividade e os gargalos de infraestrutura fazem com que a plataforma de negócios por aqui sofra com o custo Brasil. “O pacote de concessões é resultado da conclusão do governo Dilma de que o setor público federal não tem capacidade de execução do PAC para garantir a necessidade de investimento em infraestrutura que o Brasil precisa para crescer”, aponta o economista Cláudio Frischtak, da Inter.B. “O desafio da produtividade depende também de uma Lei de Responsabilidade Educacional, nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal, que obriga União, estados e municípios a cumprirem metas sob pena de prisão dos administradores, para qualificar o trabalhador. A baixa produtividade está corroendo a capacidade de crescimento do país.”

